Notícias do dia 07 de outubro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 7 | Número de veículos: 7

O POPULAR - GO - VIDA URBANA
TCE - GO
Obras da Saneago na mira do MP custam R$ 473,9 milhões . . . 3

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - COTIDIANO
TCE - GO
Transparência - CAFÉ DA MANHÃ . . . 5

DAQUI - GO - GERAL
TCE - GO
MP apura 28 obras paradas . . . 6

O POPULAR ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
TCE-GO alerta governo de Goiás sobre risco de descumprimento do gasto mínimo com saúde e educação . . . 7

MAIS GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Goiás gastou quase 5% a menos com educação que o mínimo estabelecido no primeiro semestre . . . 9

BEM GOIÁS - GOIÁS
TCE - GO
Goiás deixa de investir o mínimo exigido em saúde e educação, alerta Tribunal de Contas . . . 10

O POPULAR ONLINE - GO - CIDADE
TCE - GO
Obras da Saneago na mira do MP custam R$ 473,9 milhões . . . 11

Obras da Saneago na mira do MP custam R$ 473,9 milhões

As 28 obras da Companhia Saneamento de **Goiás** S/A (Saneago) que motivaram a instauração de inquérito civil público por parte do Ministério Público do Estado de **Goiás** (MP-GO) somam R$ 473,9 milhões. Deste total, R$ 306,2 milhões já foram pagos, o que representa 64,6% do total. A responsável pela 57ª promotoria, Leila Maria de Oliveira questiona, principalmente, porque a represa do João Leite ainda não teve sua obra concluída, mesmo depois de 20 anos de iniciadas as obras. "É uma das (obras) mais importantes para garantir o abastecimento", afirma.

No documento de solicitação de dados para a Saneago, a promotora reforça que estas obras que ainda não foram entregues são fundamentais tanto para a universalização do fornecimento de água quanto para a preservação dos recursos hídricos e saneamento e que já é possível ver a falta que fazem, como neste ano, quando milhares de pessoas ficaram sem abastecimento no início do período seco. "Estas intervenções, além de importantes para evitar desabastecimentos como os registrados recentemente, estão dentro da previsão do marco do saneamento."

O novo Marco Legal do Saneamento quer alcançar a universalização dos serviços de saneamento básico até 2033, garantindo que 99% da população brasileira tenham acesso à água potável e 90%, ao tratamento e à coleta de esgoto. "Das 28 obras paradas, nove estão na Região Metropolitana, que tem grande quantidade de moradores e são estruturantes para que o estado alcance essa meta de universalização. A apuração quer saber por que obras fundamentais não foram concluídas ainda, porque, em alguns casos, mesmo com várias inaugurações, como no caso do João Leite, o serviço não operade maneira completa."

A lista com os 28 locais onde as obras estão paradas no estado foi encaminhada para o MP-GO pela Saneago em junho de 2020. Pelo tempo que já se passou, a promotora explica que pediu atualização das informações. "Precisamos acompanhar essas falhas para saber onde é necessário atuar. Pelo que percebemos, falta fiscalização, falta acompanhamento de questões sérias. É preciso criar mecanismos para impedir o desperdício e vamos cobrar isso dos responsáveis."

Na lista com as 28 obras paradas existem intervenções em diversas cidades, além da Região Metropolitana. Em Formosa, por exemplo, a construção de barragem do Córrego Bandeirinha para a formação de um reservatório para ampliar a capacidade de abastecimento foi contratada e não foi concluída por inviabilidade técnico-econômica. O custo total seria de R$ 41,6 milhões, foram pagos R$ 3,4 milhões e a obra parou. A conclusão do sistema de esgoto na Região Noroeste, orçada em mais de R$ 17 milhões há mais de sete anos, tem apenas 21% concluída, segundo o documento do MP.

A promotora Leila Maria de Oliveira solicita, na mesma ação, informações ao **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) sobre o julgamento e fiscalização das obras mencionadas e o motivo pelo qual o reservatório João Leite não está completamente interligado ao sistema de abastecimento de **Goiânia**. Para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), a promotoria pergunta quais políticas públicas existem "para evitar o caos" no fornecimento de água em **Goiás**. Ela quer ainda saber quais as medidas de prevenção para 2022 em diante.

Dados

A Saneago informou que encaminha levantamentos das obras paradas desde 2019 para o Ministério Público e que o dado utilizado na apuração da 57ª promotoria foi atualizado em 2020. A companhia também informou que, na manhã desta quarta-feira (6), recebeu ofício do MP-GO, que solicita atualização sobre o andamento das obras. Em nota, diz que entende como positivo o interesse do MP em acompanhar a execução das obras, tendo em vista que os serviços de saneamento são essenciais à população. "A Saneago ressalta seu compromisso em trabalhar com eficiência, planejamento e transparência. E, constantemente, dialoga com o Ministério Público, bem como com os demais entes."

Sobre a Represa do João Leite, a Saneago informou que o Sistema Mauro Borges/João Leite, por conta da barragem, tem contribuído para a manutenção do abastecimento público na capital. A companhia informa que apesar da intensificação dos efeitos da estiagem de 2021, que já é considerada a maior dos últimos 100 anos, a unidade ainda acumula cerca de 75% da sua capacidade de reservação.

A companhia informa que isso permite à Saneago reduzir, gradativamente, a área de influência do Sistema Meia Ponte, que sofre drástica redução de vazão durante o período de seca. Ainda segundo a Saneago, quando acionada - como neste período de estiagem - a adutora reforça o sistema Meia Ponte com 800 litros de água por segundo. Com isso, é possível utilizar água reservada do João Leite para abastecer bairros atendidos pelo Rio Meia Ponte.

Sobre a ampliação do sistema de esgotamento sanitário em **Goiânia**, a Saneago disse que concluiu obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário da Região Noroeste de **Goiânia**. Somando investimentos de cerca de R$ 16,1 milhões, o contrato inclui a construção de 132 km de redes coletoras de esgoto e 7.946 ligações domiciliares. Segundo a Saneago, são beneficiados 34.800 habitantes nos bairros: Jardim Clarissa, Jardim Nova Esperança, Parque Industrial Paulista, Residencial 14 Bis, Setor Cândida de Moraes, Setor Jardim Petrópolis, Setor Santos Dumont e Vila Regina.

Site: https://www.opopular.com.br/digital/07-outubro-2021/1o-caderno

Transparência - CAFÉ DA MANHÃ

ULISSES AESSE

O sétimo Boletim Estratégico da Covid-19 feito pelo Tribunal de Contas de **Goiás** (**TCE**-GO) está disponível para a consulta.

A ferramenta Informa sobre a execução orçamentária e financeira dos gastos relacionados ao enfrentamento da Covid-19 bem como fornece informações sobre aquisições realizadas em função da pandemia. Tudo pode ser conferido no site: https://bit.ly/2WIP1Cu

Site: http://impresso.dm.com.br/edicao/20211007

MP apura 28 obras paradas

R$ 473,9 milhões. Este é o valor total das 28 obras da Companhia Saneamento de **Goiás** S/A (Saneago) que estão paradas e que motivaram a instauração de inquérito civil público por parte do Ministério Público Estadual. Deste total, R$306,2 milhões já foram pagos, o que representa 64,6% de todo o investimento.

Responsável pela 57a promotoria, Leila Maria de Oliveira questiona, principalmente, por que a represa do João Leite ainda não teve sua obra concluída, mesmo depois de 20 anos de iniciadas as obras. "É uma das (obras) mais importantes para garantir o abastecimento."

No documento de solicitação de dados para a Saneago, a promotora reforça que estas obras que ainda não foram entregues são fundamentais tanto para a universalização do fornecimento de água quanto para a preservação dos recursos hídricos e saneamento e que já é possível ver a falta que fazem, como neste ano, quando milhares de pessoas ficaram sem abastecimento no início do período seco. "Mas não é só nesta época do ano. Estas intervenções, além de importantes para evitar desabastecimentos como os registrados recentemente, estão dentro da previsão do marco do saneamento."

PEDIU PARA ATUAUZAR

A lista com os 28 locais onde as obras estão paradas no Estado foi encaminhada para o MP-GO pela Saneago em junho de 2020. Pelo tempo que já se passou, a promotora explica que pediu atualização das informações. "Precisamos acompanhar essas falhas para saber onde é necessário atuar. Pelo que percebemos,

falta fiscalização, falta acompanhamento de questões sérias, como uso de água potável por lavadores de carros nas ruas, por exemplo. É preciso criar mecanismos para impedir o desperdício e vamos cobrar isso dos responsáveis", declarou.

JOÃO LEITE

Entre outros questionamentos, a promotora Leila Maria de Oliveira solicita na mesma ação, informações ao **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) sobre o julgamento e fiscalização das obras e o motivo pelo qual o reservatório João Leite não está interligado ao sistema de abastecimento da cidade de **Goiânia** de maneira plena.

A Saneago informou que prestará os esclarecimentos no tempo estipulado e diz que entende como positivo o interesse do MP em acompanhar a execução das obras, tendo em vista que os serviços de saneamento são essenciais à população e que a "Saneago ressalta seu compromisso em trabalhar com eficiência, planejamento e transparência. E, constantemente, dialoga com o MP, bem como com os demais entes."

Promotora Leila Maria de Oliveira questiona obras paralisadas

Site: https://daqui.opopular.com.br/digital/07-outubro-2021/daqui-go

TCE-GO alerta governo de Goiás sobre risco de descumprimento do gasto mínimo com saúde e educação

Karla Araújo

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) expediu alertas ao governo de **Goiás** sobre risco de descumprimento da legislação no que diz respeito ao investimento mínimo obrigatório em educação e saúde. A instituição também advertiu o Estado para possibilidade de descumprir do teto de gastos.

Os alertas foram publicados após análise dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) referentes aos 1º, 2º e 3º bimestres de 2021. O relator foi o **conselheiro Celmar Rech**. O documento foi publicado no dia 30 de setembro.

De acordo com o **TCE**-GO, o Estado aplicou no primeiro semestre 20,84% da receita arrecadada em educação. O porcentual determinado pela Constituição Federal é de 25%. Na saúde, informou o tribunal, o investimento ficou em 11,40%. O mínimo exigido para esta área é 12%. Para o **TCE**-GO, o "Serviço de Contas de Governo aponta para o preliminar descumprimento de ambos".

Em relação ao teto de gastos, o tribunal externou preocupação porque o Executivo já comprometeu 55,88% da previsão para o ano. "Assim, enxergo adequada a expedição de alerta ao Chefe do Poder Executivo, com fundamento na Emenda Constitucional Estadual nº 69/2021, indicando potencial afronta aos limites estabelecidos para o teto de gastos do exercício, caso seja mantida a tendência observada no primeiro semestre", diz Rech.

A norma citada pelo **conselheiro** é a modificação na Constituição Estadual que estabelece teto anual de gastos por uma década na gestão pública, aprovada na Assembleia Legislativa em junho.

O **TCE**-GO também recomendou ao governo que avalie "a conveniência e oportunidade da adoção de medidas para alteração da natureza jurídica do Ipasgo". O objetivo, segundo o tribunal, é "cessar as inadequadas implicações de se conferir artificialmente o caráter de receita pública aos recursos arrecadados dos beneficiários do plano de saúde".

Respostas

Em nota, a Secretaria de Estado da Educação de **Goiás** (Seduc) informou que realiza, em contato com a Secretaria de Estado da Economia, a análise periódica da vinculação de receitas. A pasta informou que os dois órgãos trabalham juntos para garantir o porcentual dos recursos à educação. "Não existe possibilidade de que o investimento do Governo estadual na área educação fique abaixo do teto constitucional uma vez que a programação que desenvolvemos e acompanhamos está no ritmo natural", disse.

A Secretaria de Estado da Saúde de **Goiás** (SES-GO) também informou por nota que acompanha o cumprimento da vinculação semanalmente junto à Economia. A pasta informou que cumprir integralmente com o mínimo constitucional é prioridade e destacou que o porcentual foi alcançado nos últimos dois anos, "e não só de valor empenhado". A SES-GO afirma ainda que tem planejamento para evitar descumprir a legislação. "Mesmo em um ano atípico, enfrentando uma pandemia em que há necessidade de ampliação dos serviços ofertados à população, a SES-GO empreende esforços para adequar as despesas aos limites estabelecidos", afirmou.

Finanças

Já a Secretaria da Economia argumentou que alertas do **TCE**-GO são atos de rotina e ressaltou que também foram emitidos, nesta gestão, em 2019 e em 2020. "Os atuais alertas, em que se aponta risco de não cumprimento dos gastos constitucionais com saúde e educação em 2021, não constituem preocupação por parte do Governo de **Goiás**. A expectativa é de que os dispêndios nos dois setores ultrapassem os limites de 12% para a saúde e de 25% para a educação", informou. Na nota, o governo também declarou que o teto de gastos será cumprido conforme determina a legislação.

O Ipasgo disse que não há, até o momento, plano para alterar da natureza jurídica da instituição.

Site: https://www.opopular.com.br/noticias/politica/tce-

go-alerta-governo-de-goi%C3%A1s-sobre-risco-de-descumprimento-do-gasto-m%C3%ADnimo-com-sa%C3%BAde-e-educa%C3%A7%C3%A3o-1.2333316

Goiás gastou quase 5% a menos com educação que o mínimo estabelecido no primeiro semestre

Francisco Costa

Segundo o **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO), **Goiás** gastou 20,84% no setor educacional no primeiro semestre, sendo que o mínimo estabelecido é de 25% . Os dados, que foram analisados nos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), fizeram com que o **TCE**-GO emitisse um alerta ao governador Ronaldo Caiado (DEM) sobre os riscos de desrespeito à legislação ao final do exercício.

Além da educação, na saúde as despesas também foram menores que o mínimo exigido : 11,40% em vez dos 12% que deveriam ter sido investidos.

Ainda segundo o tribunal, em relação ao teto de gastos, o Estado gastou 55,88% no primeiro semestre do limite de despesas estabelecido para o exercício. O número tem como base a correção inflacionária do montante apurado em 2020.

O Mais **Goiás** entrou em contato com a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) para saber se o alerta foi recebido e qual o posicionamento governo estadual em relação às recomendações. A PGE informou que ainda teve acesso às demandas.

Site: https://www.emaisgoias.com.br/goias-gastou-quase-5-a-menos-com-educacao-que-o-minimo-estabelecido-no-primeiro-semestre/

Goiás deixa de investir o mínimo exigido em saúde e educação, alerta Tribunal de Contas

Da Redação

Análise da arrecadação e gastos do governo de Ronaldo Caiado (DEM) referentes ao primeiro semestre de 2021 revelam que **Goiás** descumpriu a destinação mínima exigida por lei em educação e saúde.

Os relatórios mostram que, no período, em proporção à receita arrecadada, foram gastos apenas 20,84% com o setor educacional, quando o índice mínimo estabelecido é de 25%. Já na saúde, as despesas alcançaram 11,40%, contra a exigência mínima de 12%. Os números indicam a necessidade de incremento na proporção dos desembolsos até o encerramento do ano, avalia o **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO).

Os dados fizeram o **TCE** emitir alertas ao governador sobre os riscos de desrespeito à legislação ao final do exercício.

Com relação ao teto de gastos, foi constatado que durante a metade de 2021 já foram comprometidos 55,88% do limite de despesas estabelecido para o exercício, definido a partir da correção inflacionária do montante apurado em 2020.

Além dos alertas e outras determinações para ajustes contábeis de caráter formal, foi expedida recomendação ao governo para que avalie a adoção de medidas para alteração da natureza jurídica do Ipasgo, "de forma a fazer cessar as inadequadas implicações de se conferir artificialmente o caráter de receita pública aos recursos arrecadados dos beneficiários do plano de saúde."

Em setembro, o Instituto informou a redução de 50% do atendimento aos segurados, o que fez com que o **TCE** determinasse a retomada do atendimento pleno, já que os recursos do Ipasgo não poderiam ser considerados públicos, já que foram pagos pelos servidores.

Site: https://bemgoias.com.br/2021/10/07/goias-deixa-de-investir-o-minimo-exigido-em-saude-e-educacao-alerta-tribunal-de-contas/

Obras da Saneago na mira do MP custam R$ 473,9 milhões

As 28 obras da Companhia Saneamento de **Goiás** S/A (Saneago) que motivaram a instauração de inquérito civil público por parte do Ministério Público do Estado de **Goiás** (MP-GO) somam R$ 473,9 milhões. Deste total, R$ 306,2 milhões já foram pagos, o que representa 64,6% do total. A responsável pela 57ª promotoria, Leila Maria de Oliveira questiona, principalmente, porque a represa do João Leite ainda não teve sua obra concluída, mesmo depois de 20 anos de iniciadas as obras. "É uma das (obras) mais importantes para garantir o abastecimento", afirma.

No documento de solicitação de dados para a Saneago, a promotora reforça que estas obras que ainda não foram entregues são fundamentais tanto para a universalização do fornecimento de água quanto para a preservação dos recursos hídricos e saneamento e que já é possível ver a falta que fazem, como neste ano, quando milhares de pessoas ficaram sem abastecimento no início do período seco. "Estas intervenções, além de importantes para evitar desabastecimentos como os registrados recentemente, estão dentro da previsão do marco do saneamento."

O novo Marco Legal do Saneamento quer alcançar a universalização dos serviços de saneamento básico até 2033, garantindo que 99% da população brasileira tenham acesso à água potável e 90%, ao tratamento e à coleta de esgoto. "Das 28 obras paradas, nove estão na Região Metropolitana, que tem grande quantidade de moradores e são estruturantes para que o estado alcance essa meta de universalização. A apuração quer saber por que obras fundamentais não foram concluídas ainda, porque, em alguns casos, mesmo com várias inaugurações, como no caso do João Leite, o serviço não opera de maneira completa."

A lista com os 28 locais onde as obras estão paradas no estado foi encaminhada para o MP-GO pela Saneago em junho de 2020. Pelo tempo que já se passou, a promotora explica que pediu atualização das informações. "Precisamos acompanhar essas falhas para saber onde é necessário atuar. Pelo que percebemos, falta fiscalização, falta acompanhamento de questões sérias. É preciso criar mecanismos para impedir o desperdício e vamos cobrar isso dos responsáveis."

Na lista com as 28 obras paradas existem intervenções em diversas cidades, além da Região Metropolitana. Em Formosa, por exemplo, a construção de barragem do Córrego Bandeirinha para a formação de um reservatório para ampliar a capacidade de abastecimento foi contratada e não foi concluída por inviabilidade técnico-econômica. O custo total seria de R$ 41,6 milhões, foram pagos R$ 3,4 milhões e a obra parou. A conclusão do sistema de esgoto na Região Noroeste, orçada em mais de R$ 17 milhões há mais de sete anos, tem apenas 21% concluída, segundo o documento do MP.

A promotora Leila Maria de Oliveira solicita, na mesma ação, informações ao **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) sobre o julgamento e fiscalização das obras mencionadas e o motivo pelo qual o reservatório João Leite não está completamente interligado ao sistema de abastecimento de **Goiânia**. Para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), a promotoria pergunta quais políticas públicas existem "para evitar o caos" no fornecimento de água em **Goiás**. Ela quer ainda saber quais as medidas de prevenção para 2022 em diante.

Dados

A Saneago informou que encaminha levantamentos das obras paradas desde 2019 para o Ministério Público e que o dado utilizado na apuração da 57ª promotoria foi atualizado em 2020. A companhia também informou que, na manhã desta quarta-feira (6), recebeu ofício do MP-GO, que solicita atualização sobre o andamento das obras. Em nota, diz que entende como positivo o interesse do MP em acompanhar a execução das obras, tendo em vista que os serviços de saneamento são essenciais à população. "A Saneago ressalta seu compromisso em trabalhar com eficiência, planejamento e transparência. E, constantemente, dialoga com o Ministério Público, bem como com os demais entes."

Sobre a Represa do João Leite, a Saneago informou que o Sistema Mauro Borges/João Leite, por conta da barragem, tem contribuído para a manutenção do abastecimento público na capital. A companhia informa que apesar da intensificação dos efeitos da estiagem de 2021, que já é considerada a maior dos últimos 100 anos, a unidade ainda acumula cerca de 75% da sua capacidade de reservação.

A companhia informa que isso permite à Saneago reduzir, gradativamente, a área de influência do Sistema Meia Ponte, que sofre drástica redução de vazão durante o período de seca. Ainda segundo a Saneago, quando acionada - como neste período de estiagem - a adutora reforça o sistema Meia Ponte com 800 litros de água por segundo. Com isso, é possível utilizar água reservada do João Leite para abastecer bairros atendidos pelo Rio Meia Ponte.

Sobre a ampliação do sistema de esgotamento sanitário em **Goiânia**, a Saneago disse que concluiu obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário da Região Noroeste de **Goiânia**. Somando investimentos de cerca de R$ 16,1 milhões, o contrato inclui a construção de 132 km de redes coletoras de esgoto e 7.946 ligações domiciliares. Segundo a Saneago, são beneficiados 34.800 habitantes nos bairros: Jardim Clarissa, Jardim Nova Esperança, Parque Industrial Paulista, Residencial 14 Bis, Setor Cândida de Moraes, Setor Jardim Petrópolis, Setor Santos Dumont e Vila Regina.

Site:
https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/obras-da-saneago-na-mira-do-mp-custam-r-473-9-milh%C3%B5es-1.2332781